



CENTRO DE ACOLHIMENTO DE S. JOÃO DO PESO

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018

(montantes expressos em euros)

1-IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O CENTRO DE ACOLHIMENTO DE S. JOÃO DO PESO é uma Instituição de Solidariedade Social, fundada no ano de 2004, com sede em Sesmarias, 6110-056, SÃO JOÃO DO PESO, e tem o objetivo em contribuir para a promoção da população da freguesia de São João do Peso e povoações limítrofes.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Direção, na reunião de 4 Abril de 2019. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral, nos termos dos Estatutos do Centro de Acolhimento.

A Direção entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 -REFERÊNCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 -As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da instituição e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 09 de Março (Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo), Portaria n.º 105/2011, de 14 de Março (Modelos de Demonstrações Financeiras), Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março (Código de Contas), Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para SNL), Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho - SNC.

2.2 - Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

2.3 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.



CENTRO DE ACOLHIMENTO DE S. JOÃO DO PESO

3 -PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adaptadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 -Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1 -Pressuposto da Continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2 -Pressuposto do Acréscimo

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3 -Consistência de Apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4 -Materialidade e Agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na



CENTRO DE ACOLHIMENTO DE S. JOÃO DO PESO

face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações nos Fundos Patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5 -Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados excepto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-ESNL. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6 -Informação Comparativa

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2 -POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1 - Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer. Os ativos



CENTRO DE ACOLHIMENTO DE S. JOÃO DO PESO

fixos tangíveis são apresentados no balanço pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

As depreciações são calculadas e registadas, pelo método das quotas constantes, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, para os ativos fixos tangíveis anteriores a entrada do normativo, as taxas são as definidas na portaria 173/89 de 3 de Março (específicas para as IPSS), para os bens com data de aquisição posteriores a esta, são as taxas do Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de Setembro. Os bens neste exercício foram amortizados a uma taxa de 43% da taxa máxima.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de Bens	Vida útil esperada
Edifícios e outras construções	10 a 50 anos
Equipamento Básico	4 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	3 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 10 anos

O ganho resultante da alienação de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o valor do montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação. A taxa utilizada para o exercício de 2017 foi de 60% da taxa de cada bem.

3.2.2 - Imposto Sobre o Rendimento

O imposto corrente a baseado no lucro tributável do período, é nulo, uma vez que o lucro está isento, pois as operações são isentas de IRC.

3.2.3 - Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o preço de compra e outros impostos (que não sejam os posteriormente recuperáveis das entidades fiscais pela entidade) e custos de



CENTRO DE ACOLHIMENTO DE S. JOÃO DO PESO

transporte, manuseamento e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição de bens acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes deduzem-se na determinação dos custos de compra. O valor líquido de

realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar o seu consumo. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado

um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de ajustamentos em inventários”.

O método de custeio dos inventários adotado pela instituição consiste no custo médio.

3.2.4 – Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo.

3.2.5 - Reconhecimento do Rédito

O rédito compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo.



CENTRO DE ACOLHIMENTO DE S. JOÃO DO PESO

3.2.6 - Subsídios

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática proporcionalmente às amortizações dos ativos.

3.2.7 - Provisões

As provisões são registadas quando a Instituição tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.2.8 - Locação Financeira

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação.



CENTRO DE ACOLHIMENTO DE S. JOÃO DO PESO

Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.2.9 - Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.3 -Acontecimento Subsequentes e Principais Pressupostos Relativos ao Futuro

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

3.4 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações



CENTRO DE ACOLHIMENTO DE S. JOÃO DO PESO

às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

3.4.1 Provisões e Ajustamentos aos valores dos ativos

A Entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.4.2 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Entidade, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Entidade.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Mesa Administrativa no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.4.3 Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

As vidas úteis utilizadas no cálculo das amortizações económicas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis foram as constantes do Decreto Regulamentar 25/2009. A Direção considera que estas são as que melhor se adequam ao padrão de consumo dos futuros benefícios económicos incorporados nos ativos através do seu uso.



CENTRO DE ACOLHIMENTO DE S. JOÃO DO PESO

4 - FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31-12-2018 e em 31-12-2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade foi o seguinte:

		2018							
		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos									
Saldo inicial	-	977.600,88	140.453,39	41.380,00	15.715,84	31.224,21	12.500,00	1.218.874,32	
Aquisições			395,00					395,00	
Alienações								-	
Transferências								-	
Saldo final	-	977.600,88	140.848,39	41.380,00	15.715,84	31.224,21	12.500,00	1.219.269,32	
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade									
Saldo inicial	-	195.341,71	139.482,45	38.811,98	15.353,59	22.531,33	-	411.521,06	
Amortizações do exercício		26.518,85	1.011,78	2.565,02	362,25	717,62		31.175,52	
Alienações								-	
Abates								-	
Saldo final	-	221.860,56	140.494,23	41.377,00	15.715,84	23.248,95	-	442.696,58	
Ativos líquidos	-	755.740,32	354,16	3,00	-	7.975,26	12.500,00	776.572,74	



CENTRO DE ACOLHIMENTO DE S. JOÃO DO PESO

2017

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial		977.600,88	140.453,39	41.380,00	14.682,64	25.656,61	12.500,00	1.212.273,52
Aquisições					1.033,20	5.567,60	-	6.600,80
Alienações								-
Transferências								-
Saldo final	-	977.600,88	140.453,39	41.380,00	15.715,84	31.224,21	12.500,00	1.218.874,32
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	179.309,83	137.727,49	35.537,48	14.981,25	22.113,75	-	389.669,80
Amortizações do exercício		16.031,88	1.754,96	3.274,50	372,34	417,58		21.851,26
Alienações								-
Transferências								-
Saldo final	-	195.341,71	139.482,45	38.811,98	15.353,59	22.531,33	-	411.521,06
Ativos líquidos	-	782.259,17	970,94	2.568,02	362,25	8.692,88	12.500,00	807.353,26

Em 31-12-2018 e em 31-12-2017, a Instituição tinha os seguintes ativos tangíveis afetados por restrições de titularidade:

Ativo	Quantia escriturada	Passivo associado	Valor do Passivo	Garantia
Edifício	772.778,10	Empréstimo CA	339.703,01	Hipoteca sob imóvel

6 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são



CENTRO DE ACOLHIMENTO DE S. JOÃO DO PESO

alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Órgão de Gestão da Entidade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 2018 e 2017.

Não existem gastos com imposto sobre o rendimento em 31.12.2018 e 31.12.2017

7 - INVENTÁRIOS

Em 31-12-2018 e em 31-12-2017, os inventários da Entidade são detalhados conforme se segue:

Descrição	31-12-2018			31-12-2017		
	Qtas Brutas	Perdas por Impar. Acum.	Qta Liquidas Escrituradas	Qtas Brutas	Perdas por Impar. Acum.	Qta Liquidas Escrituradas
Mercadorias	0		0	0		0
Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	4081,19		4081,19	1900,43		1900,43
Produtos e trabalhos em curso			0			0
Total:	4081,19	0	4081,19	1900,43	0	1900,43



CENTRO DE ACOLHIMENTO DE S. JOÃO DO PESO

O apuramento das mercadorias vendidas e das matérias consumidas/produção foi como se segue:

Descrição	31-12-2018			31-12-2017		
	mercadorias	Matérias Primas Subsid. Consumo	Total	mercadorias	Matérias Primas Subsid. Consumo	Total
Inventário Inicial:	0,00	1.900,43	1.900,43	0,00	1.691,34	1.691,34
Compras	0,00	66.766,34	66.766,34	0,00	57.800,52	57.800,52
Regularizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inventário Final	0,00	4.081,19	4.081,19	0,00	1.900,43	1.900,43
C.M.V.M.C.	0,00	64.585,58	64.585,58	0,00	57.591,43	57.591,43

8 – PASSIVOS FINANCEIROS

Financiamentos Obtidos

	Entidade financiadora	Limite	2018		Tipo de amortização
			Montante utilizado		
			Corrente	Não corrente	
Instituições financeiras:					
Empréstimos bancários:					
Empréstimo nº 56059777462	CA		21.139,08	318.563,93	Capital variável
<i>Subtotal</i>			<i>21.139,08</i>	<i>318.563,93</i>	
Outros empréstimos obtidos:					
			0,00	0,00	
Total instituições financeiras			21.139,08	318.563,93	
			-	21.139	318.564



CENTRO DE ACOLHIMENTO DE S. JOÃO DO PESO

	Entidade financiadora	2017			Tipo de amortização
		Montante utilizado			
		Limite	Corrente	Não corrente	
Empréstimos bancários:		-	-	-	
Empréstimo nº 56059777462	CA		19.226,88	340.716,21	Capital variável
Outros empréstimos obtidos:					
		-	-	-	
Total instituições financeiras		-	19.227	340.716	

9 -RÉDITO

O rédito reconhecido pela Entidade em e em é detalhado conforme se segue:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Vendas de bens	0	0
Prestação de serviços	369.997,34	371.644,59
Outros Rendimentos	8.374,01	4.567,44
Subsídios	145.434,61	44.048,5
Total:	523.805,96	420260,53

10 -SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Os registos dos subsídios ocorreram conforme segue:

Descrição	E.O.E.P. Valor imputado ao Período	
	31-12-2018	31-12-2017
Subsídios relacionados c/ativos ao investimento	0,00	0,00
Subsídios relacionados com rendimentos à exploração	145.434,61	43.904,67
Total	145.434,61	43.904,67



CENTRO DE ACOLHIMENTO DE S. JOÃO DO PESO

11 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos tem no exercício de 2018 e 2017 a seguinte composição:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	15.322,97	16.882,86
Trabalhos especializados	2.984,61	5.197,65
Publicidade e propaganda	0,00	0,00
Vigilância e segurança	0,00	0,00
Honorários	10.628,00	9.467,00
Conservação e reparação	1.710,36	2.218,21
Material	3.722,24	3.180,94
Ferramentas	3.500,42	3.031,88
Livros e Documentos técnica	0,00	0,00
Material de escritório	221,82	149,06
Artigos para oferta		
Energia e fluidos	53.885,90	36.671,54
Eletricidade	15.023,84	11.643,49
Combustíveis	38.862,06	25.028,05
Água	0,00	0,00
Deslocações, estadas e transportes	0,00	5,00
Deslocações e estadas	0,00	5,00
Transporte de mercadorias	0,00	0,00
Serviços diversos	5.066,62	5.986,40
Comunicação	2.002,37	2.115,87
Seguros	1.558,00	2.543,44
Contencioso e notariado	0,00	0,00
Outros serviços	1.506,25	1.327,09
Total	77.997,73	62.726,74



CENTRO DE ACOLHIMENTO DE S. JOÃO DO PESO

12 – GASTOS COM O PESSOAL

Gastos com o Pessoal

Os gastos reconhecidos no exercício com gastos com o pessoal e órgãos diretivos discriminam-se como se segue:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Gastos com o pessoal:	306.222,93	258.626,36
Remunerações dos Órgãos sociais		0,00
Remunerações do pessoal	246.153,91	204.475,40
Indemnizações	2.026,48	6.079,44
Encargos sobre remunerações	54.613,20	45.656,10
Seg ac.trab. e doenças profissionais	2.400,21	2.415,42
Outros gastos com o pessoal	1.029,13	0,00

Quadro de Pessoal

A Instituição tinha ao serviço em 2018 e 2017, 27 e 25 colaboradores, respetivamente.

Corpos Gerentes

Os Corpos Gerentes da Instituição são Compostos por 11 Elementos, eleitos para o Triénio 2015-2018.

Os Corpos Gerentes não auferem nenhum tipo de remuneração.



CENTRO DE ACOLHIMENTO DE S. JOÃO DO PESO

13 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos tem no exercício de 2018 e 2017 a seguinte composição:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Rendimentos suplementares	43,81	288,69
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros	8.330,20	4.278,75
Correções relativas a períodos anteriores	4.051,45	0,00
Imputação de subsídios para investimentos	4.278,75	3.678,75
Restituição de impostos	0,00	600,00
Outros não especificados	0,00	0,00
Juros obtidos	0,00	0,00
De depósitos		
De outros financiamentos obtidos		
Total	8.374,01	4.567,44

14 – OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica de Outros gastos e perdas tem no exercício de 2018 e 2017 a seguinte composição:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Impostos	0,00	0,00
Correções relativas de períodos anteriores	0,00	0,00
Donativos		
Quotizações	300,00	0,00
Outros não especificados	0,00	0,00
Juros suportados	13.995,37	17.618,75

15 -DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Vendas e prestações de serviços por atividade e mercados geográficos em 2018 distribuíram-se da seguinte forma:



CENTRO DE ACOLHIMENTO DE S. JOÃO DO PESO

Descrição	Mercado interno
Vendas	0
Prestação de serviços	369997,34
F.S.E.	77997,73
Aquisições Ativos Fixos Tangíveis	395

Não existem dívidas em mora ao estado e à segurança social.

16 – ACONTECIMENTOS APOS A DATA DO BALANÇO

Após 31 de Dezembro de 2018 e até à presente data não foi registada a ocorrência de factos que possam afectar directa ou indirectamente as condições de equilíbrio económico e financeiro da empresa, ou que afectem de forma materialmente relevante as demonstrações financeiras e os resultados apresentados ou que mereçam ser divulgados.

São João do Peso, 4 de Abril de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

OS REPRESENTANTES LEGAIS